



A EXISTÊNCIA DE DEUS COMO GARANTIA DA VERACIDADE CIENTÍFICA NAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS DE RENÉ DESCARTES

Allisson Cândido Modesto da SILVA*
Rômulo Gomes de OLIVEIRA**

RESUMO

Este artigo aborda o problema do fundamento da ciência em René Descartes. A pergunta que se quer responder é a seguinte: em que medida Deus é o fundamento da ciência em René Descartes? O desenvolvimento do pensamento cartesiano é uma resposta ao ceticismo, que colocava em dúvida todas as formas de conhecimento. Assim, o filósofo francês faz de sua filosofia a busca por fundamentos sólidos que garantam a veracidade do conhecimento, em especial o científico. Com isso, o filósofo estabelece um método simples e válido, para o conduzir à verdade. Depois disso, faz uso da dúvida no desenvolvimento da filosofia, como efetivação do método, suspendendo o juízo de tudo: dos sentidos e, até mesmo da matemática, através do argumento do gênio maligno. No entanto, a dúvida leva a uma certeza: o *cogito*. Ao intuí-lo, o filósofo entra num solipsismo, que o faz analisar as ideias presentes no pensamento, em especial as inatas. Analisando a ideia inata de Deus, percebe que este, Deus, é perfeito e esta ideia não poderia ser criação do *cogito*, pois o efeito é inferior à causa. Dessa forma, conclui que Deus existe e, por ser perfeito, é bom. Sendo bom, não pode enganá-lo. Assim, a matemática possui o lugar da evidência, e, com a existência de Deus, Descartes garante a sua validade. Além disso, Deus constitui-se fundamento ontológico do *cogito*, pois o precede, enquanto causa e garante a certeza do método, pois este consegue alcançar a verdade. Portanto, a nova ciência possui um fundamento firme.

Palavras-chave: Deus. Cogito. Dúvida. Método. Ciência.

* Graduado em Filosofia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF).

** Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente do Curso de Filosofia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF).

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende responder à questão: em que medida Deus se constitui o fundamento da ciência no contexto da filosofia de René Descartes? A partir disso, o artigo desenvolver-se-á, destacando elementos históricos importantes para a constituição do pensamento do mesmo filósofo e demonstrará os pressupostos epistemológicos desse pensamento, o método empregado e a importância deste. Em seguida, como aprofundamento, mostrará a aplicabilidade do método da dúvida, no pensamento metafísico de Descartes. Feito isso, o artigo evidenciará a primeira descoberta feita pelo filósofo, destacando, de um lado, sua insuficiência para fundamentar a ciência e, de outro, sua importância para garantir o caminho metódico e epistemológico. Por fim, tratar-se-á da prova da existência de Deus, mostrando sua relevância e como Deus fundamenta a ciência emergente.

Para a elaboração deste artigo as seguintes obras foram utilizadas: **Meditações Metafísicas** (2016), de René Descartes, como o principal referencial teórico; mais duas obras do mesmo filósofo, para apresentar as análises e os pressupostos epistemológicos do seu pensamento, que são: **Discurso de Método** (2009) e **Regras para a Direcção do Espírito** (1985).

Quanto à literatura secundária, recorreu-se a **História da Filosofia: Do Humanismo a Kant** (2007), de Dario Antiseri e Giovanni Reale, e **Ensaio**, de Michel Montaigne, para apresentar o contexto histórico do desenvolvimento do pensamento cartesiano. A obra **Descartes: a metafísica da modernidade** (2006), de Franklin Leopoldo e Silva, será utilizada igualmente para análise de contexto histórico, mas também como principal comentador da obra de Descartes.

As obras **Curso de Filosofia: Os filósofos do Ocidente** (1986), de Battista Mondin, **História da Filosofia** (2011), de Jean-François Pradeau, **O Argumento Ontológico: A existência de Deus de Anselmo a Schelling** (2003), de Francesco Tomatis e **Teoria do Conhecimento e Teoria da Ciência** (2015), de Urbano Zilles, serão utilizadas para esclarecer algumas partes do pensamento cartesiano. E, por fim, as obras **Vocabulário de Descartes** (2010), de Frédéric de Buzon e Denis Kambouchner, para esclarecer alguns conceitos cartesianos específicos e **Dicionário de Filosofia** (2007), de Nicola Abbagnano, para esclarecer alguns conceitos mais gerais.

Mediante o que foi apresentado, este artigo não tem a pretensão de esgotar toda pesquisa sobre a metafísica cartesiana, mas apenas de salientar a importância de um ponto da mesma. Além disso, não pretende discutir sobre a correspondência da ideia de Deus, apresentada pelo filósofo, com as ideias religiosas de Deus, mas, sim, mostrar que tal ideia é fundamental para o pensamento metafísico cartesiano.

2 RAZÕES HISTÓRICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CARTESIANO

Os séculos XV, XVI e XVII são marcados por profundas transformações. Diante destas, uma crise no pensamento e na organização social é gerada, trazendo indícios de instabilidade e incertezas. Essa circunstância cultural é extremamente importante para entender a gênese do pensamento de René Descartes. A filosofia cartesiana tem como objetivo primário trazer bases sólidas ao pensamento, validando o conhecimento mediante uma intuição segura e indubitável.

Um fator importante para a compreensão desse período é o Humanismo Renascentista, pois se trata de uma concepção que traz uma novidade de extrema importância ao pensamento da época: a centralização das ações no homem. Ao voltar o seu olhar para o ser humano, o Humanismo faz com que o pensamento – mesmo que ainda de forma simples e não tão sistemática e filosófica – inicie-se tendo o sujeito como referência primária. Isso aconteceu em diversos campos: literatura, arte, medicina, etc.. Na filosofia, René Descartes se destaca por colocar o sujeito no centro do pensamento, ou melhor, como pensamento. Isso expressa como o movimento humanista influenciou a obra cartesiana.

Outros dois acontecimentos têm importância fundamental nesse período: a revolução científica e a retomada do ceticismo. Estes acabam por ser, respectivamente, causa e consequência um do outro. A revolução científica gera um sentimento de incerteza no que tange ao conhecimento visto que suas descobertas são diferentes das consideradas verdadeiras. E o ceticismo, por sua vez, ressurgiu como resposta ao questionamento sobre a possibilidade do conhecimento da realidade de forma verdadeira e segura. Neste contexto, Descartes realiza um diálogo com a tradição, buscando fundamentar a ciência a partir de um método sólido e de princípios novos.

2. 1 REVOLUÇÃO CIENTÍFICA E CÉTICISMO

Ceticismo e revolução científica andam juntos nesse período, apesar de parecer um pouco paradoxal. O surgimento de novas descobertas trouxe o ceticismo ao cenário epistemológico, pois esta corrente se torna mais uma forma de resposta para o problema do conhecimento, que estava vigente na época. Por isso, é importante analisar primeiro as descobertas científicas e depois a resposta dos céticos.

Considera-se o período da revolução científica aquele que se estende da obra de 1543 *De revolutionibus*, de Nicolau Copérnico até a obra *Philosophiae naturalis principia mathematica*, de Isaac Newton, de 1687. No entanto, foi com a obra de Galileu Galilei, no século XVII, que este período adquiriu suas características determinantes. Galileu enfatizou que o método científico é o experimental – algo que já se encontrava, de certa forma, no aristotelismo.

A descoberta copernicana possui um valor ímpar, pois é com ela que a concepção do homem muda radicalmente. O humanismo trouxe o homem para o centro das reflexões. Copérnico, entretanto, ao colocar o Sol como centro do *cosmo* – modelo conhecido como heliocêntrico – muda a própria maneira de se ver a figura humana. Assim, depois da revolução copernicana, o homem não se encontra mais no centro do *cosmo*, mas está em um planeta que gira em torno de um astro, e este astro mantém a vida dos seres (ANTISERI; REALE, 2007).

Kepler, século XVI e XVII, também conduz mais um abalo na concepção vigente. Ele faz uma matematização do sistema copernicano e, através de cálculos, mostra que o movimento dos astros não é circular, mas elíptico. Com ele, Giordano Bruno, século XVI, afirma que o universo não é finito, mas infinito. Essas duas afirmações conduzem à queda da ideia de perfeição vigente. Algo infinito e disforme era considerado imperfeito (SILVA, 2006). Além disso, há um conflito com a Igreja, pois um *cosmo* infinito confrontava-se com a ideia de Deus, pois este, único que poderia ser infinito e distinto da criação, agora se encontra com atributos iguais ao universo.

Com essas descobertas, há uma ruptura entre filosofia e ciência, distinguindo seus respectivos princípios e maneiras de abordar a realidade. Giovanni Reale e Dário Antiseri (2007) apontam de forma categórica essa ruptura: “juntamente com a

cosmologia aristotélica, a revolução científica leva à rejeição das categorias, dos princípios e das pretensões essencialistas da filosofia aristotélica” (ANTISERI; REALE, 2007, p. 188).

Essa ruptura causa um problema que será levado em conta por René Descartes: a ciência carece de princípios sólidos, pois a construção científica se encontra sob as mãos de pessoas diferentes e com princípios distintos. Além do mais, o método científico não é único, o que pode levar ao erro. Ao emergir tal problema, o ceticismo surge como alternativa de resposta, obviamente, como negatividade.

Com as dificuldades inerentes às descobertas científicas, o ceticismo¹ é retomado como alternativa à crise gnosiológica. O primeiro movimento em direção ao ceticismo é rememorar suas bases, revisitando os cétricos da Antiguidade. O mais célebre destes é Pirro que, segundo Franklin Leopoldo e Silva (2006), dizia que a solução mais viável ao homem é suspender qualquer tipo de juízo em relação ao conhecimento.

A filosofia de Pirro é marcada pela busca da felicidade, algo bastante presente no período helenista. A suspensão do juízo em relação às coisas é a maneira mais eficaz para se chegar à felicidade. Para atingir a *ataraxia*, segundo Pirro, é necessário a suspensão dos juízos, agindo de maneira indiferente às coisas do mundo. Outra inspiração muito importante para os cétricos modernos é Sexto Empírico, pois ele aponta questões fundamentais para se tornar cétrico, tais como: a pluralidade de respostas ao mesmo problema, os enganos dos sentidos, marcados pelas condições do sujeito e pelas condições dos objetos, que são mutáveis (MONDIN, 2014, p. 127).

No início da Modernidade, o cétrico com mais prestígio e cujo pensamento mais influenciou a época foi Michel Montaigne. Este era cétrico em relação ao conhecimento, isto é, manifestava que o alcance do conhecimento verdadeiro era impossível, mas tinha uma filosofia dos costumes, na qual afirmava a manutenção dos valores para que a sociedade permanecesse em ordem. Sua relação com o

¹ Com esse termo, que significa *busca*, entende-se a tese de que é impossível decidir sobre a verdade ou a falsidade de uma proposição qualquer. Ceticismo não tem nada a ver com relativismo ou com doutrinas segundo as quais tudo é verdadeiro ou tudo é falso, uma vez que estas pretendem fornecer um critério de decisão que o ceticismo nega existir (ABBAGNANO, 2007, p. 151).

ceticismo antigo, principalmente com Pirro, é bastante evidente em seus escritos, nos quais faz alusões e se vale de muitas de suas ideias.

A influência de Montaigne (1987) sobre Descartes é decisiva em vários aspectos. No que se refere à crise que as revoluções científicas instalam, sua posição revela o ponto de partida cartesiano e o objetivo principal. Faz uma declaração que será de suma importância para Descartes:

O céu e as estrelas foram durante três mil anos considerados em movimento. Todos acreditaram, até que Cleantes de Samos ou, segundo Teofrasto, Nicetas de Siracusa, se lembrou de sustentar que a terra é que girava em torno de seu eixo, seguindo o círculo oblíquo do zodíaco; e em nosso tempo Copérnico demonstrou tão bem esse princípio, que dele se vale em seus cálculos astronômicos. Que conclui, senão que não temos que nos preocupar com saber qual dos sistemas é o verdadeiro? Quem sabe se daqui a mil anos outro sistema não os destruirá a ambos? (MONTAIGNE, 1987, p. 264).

Esta pergunta mostra as dificuldades da época e evidencia o quão árduo será o trabalho de Descartes. A instabilidade do saber, relatada de forma cética acima, é o problema que a filosofia cartesiana pretende resolver. Além de estabelecer os problemas da época, Montaigne influencia Descartes em mais dois aspectos: em seus escritos, a presença da dúvida é bastante evidente, como na passagem acima, o que revela as bases para a constituição da metodologia cartesiana, posto que, Descartes exercerá a dúvida como método; e a afirmação do Eu que duvida e evidencia a relatividade do saber (SILVA, 2006).

Outro elemento importante que influenciou diretamente o pensamento de René Descartes são os seus anos vividos no colégio La Flèche, onde ele recebe os conhecimentos ensinados em sua época, marcados pela filosofia de Aristóteles e Tomás de Aquino. Descartes chama este conhecimento aprendido de tradição.

2. 2 A TRADIÇÃO

A relação de Descartes com a tradição tem seu início no mencionado colégio Jesuíta de La Flèche, considerado o maior centro de ensino de sua época, com formação altamente reconhecida e de grande valor. Nesse colégio, o ensino era conforme os moldes escolásticos. Dentre os saberes, destacam-se a “gramática,

retórica, poesia, latim, grego e filosofia, aí incluídas a lógica, a matemática, a física, a ética e a metafísica” (SILVA, 2006, p. 17).

No **Discurso do Método** (2009), o filósofo relata sua insatisfação em relação ao ensino que recebera. Nesta mesma obra, diz sobre sua experiência com os saberes e aponta seus limites. No entanto, ao contrário do que se pensa, tece elogios a alguns aspectos dos saberes, como a matemática. Sua maior crítica é dirigida à filosofia e às ciências.

Ao criticar os saberes, destacam-se três pontos. O primeiro é o que versa sobre os estudos de um modo geral. Estes, ao invés de terem acumulado certezas ao longo do tempo, acumularam dúvidas. Ao relatar isso, Descartes ressalta que, ao final do ciclo de estudos, descobria, cada vez mais, sua ignorância (DESCARTES, 2009). Esta crítica revela que, além da influência do ceticismo e das revoluções científicas, ele já vivenciava uma experiência de insatisfação com o conhecimento vigente (SILVA, 2006).

O segundo ponto diz respeito à matemática. Esta possui uma firmeza e evidência em seus raciocínios. No entanto, Descartes apresenta uma crítica sobre o uso dessa ciência. Embora ela se constitua como lugar da certeza, ninguém imaginou usá-la em outros lugares, mas se servindo somente para cálculos abstratos. Portanto, aqui, o filósofo já revela uma de suas intenções diante da matemática: expandir seus domínios gnosiológicos (SILVA, 2006).

Por fim, o terceiro é dirigido à filosofia. Descartes observa que nesta ciência não existe uma opinião que seja aceita por duas pessoas e que tudo é objeto de discussão e debates. No entanto, destaca que há um conflito muito grande em relação a isso, pois só pode haver uma verdade. Silva (2006) enfatiza um fator importante diante do que foi apresentado. Ele diz que “isso se torna mais grave se pensamos a filosofia como fundamento das ciências, já que a pouca firmeza dos fundamentos acarreta naturalmente a fragilidade dos resultados alcançados em tudo aquilo que deles depende” (SILVA, 2006, p. 28).

Diante do que foi apresentado, percebe-se o clima de incerteza. Apesar de muitas opiniões terem sido pronunciadas, Descartes enxerga a possibilidade de superá-las através de um método válido que possa alcançar a verdade. Para tal objetivo, faz-se necessário analisar como Descartes estabelece o método com suas regras e de que maneira ele o utiliza para desenvolver seu projeto filosófico.

3 O MÉTODO E SUA APLICAÇÃO

Depois da apresentação das bases históricas, que contribuíram para o pensamento cartesiano, é necessário mostrar a resposta imediata de Descartes ao problema que estava posto. O método para Descartes é considerado de suma importância para a aquisição da verdade. Além disso, é necessário ter um método que alcance todas as formas de conhecimento. Aqui, percebe-se a importância que Descartes dá para a universalização metodológica, pois para que o método seja considerado válido é necessário que ele alcance o todo do que se quer conhecer.

Ao dizer que é importante a obtenção de um método válido, Descartes analisa os métodos usados em sua época para observar se estes podem ser utilizados por ele em seu projeto filosófico. Dois métodos são destacados por ele: a lógica e o método da matemática. Esta análise dos métodos vigentes se dá pelo fato do primeiro ser reconhecido como a regra correta para o bem pensar e o segundo por ser a matemática o lugar da evidência (SILVA, 2006), como já foi dito. No entanto, Descartes elabora uma crítica consistente aos dois. Quanto ao primeiro, ele diz que o uso da lógica só contribui para a elucidação de conhecimentos já adquiridos, o que faz dela insuficiente para adquirir novos conhecimentos. Quanto ao segundo, afirma que o excesso de regras para sua aplicação mais atrapalha do que contribui para a busca do conhecimento (DESCARTES, 2009). Dessa forma, elaborará outro método que contenha duas características: contribua para a ampliação efetiva do conhecimento e contenha regras simples e de fácil aplicabilidade.

3.1 A ELABORAÇÃO DO MÉTODO

Descartes, ao formular a **Regra para a Direcção do Espírito** (1985), define o que entende por método, revelando sua proposta filosófica:

Entendo por método regras certas e fáceis, que permitem a quem exactamente as observar nunca tomar por verdadeiro algo de falso e, sem desperdiçar inutilmente nenhum esforço da mente, mas aumentando sempre gradualmente o saber, atingir o conhecimento verdadeiro de tudo o que será capaz de saber (DESCARTES, 1985, p. 24).

Mediante o que foi dito pelo filósofo, percebe-se que o método cartesiano buscará a máxima objetividade com o menor esforço possível. Isso fica evidente

quando afirma a importância de regras fáceis e certas. Além disso, o objetivo final é esclarecido: alcançar a verdade e a certeza de tudo o que for possível. Portanto, a finalidade do método é a verdade, e seu caráter é de universalidade. Desta forma, segundo Mondin (1986), Descartes optará pelo método dedutivo, pois este “pode levar-nos ao progresso do saber e à descoberta da verdade” (MONDIN, 1986, p. 66).

Assim, o filósofo formula um método com quatro regras de fácil assimilação e aplicação. As regras são classificadas da seguinte maneira: clareza, análise, ordem, e enumeração. Nestas quatro regras, ficará clara a presença de todo o objetivo de Descartes mencionado na citação da **Regra para a Direcção do Espírito** (1985), a saber: sutileza de não tomar como verdadeiro o que não é, mediante a primeira regra; a facilidade para resolver os problemas, com a análise; a intenção de um conhecimento processual e contínuo, com a ordem; e a reconfirmação de todo o trabalho, não deixando nada sem resolver, com a enumeração.

A primeira regra tem por objetivo não deixar com que o sujeito se apresse nos juízos². Esse apressar-se apresenta-se de duas formas: a primeira é “não formular juízos a partir de preconceitos e julgamentos ou de opiniões simplesmente recebidas”; a segunda é “evitar igualmente a precipitação, ou seja, não efetuar um juízo até que a ligação entre os termos representados apareça com inteira clareza e total distinção” (SILVA, 2006, p. 31). Descartes pretende ser preciso em suas representações mentais. Ao estabelecer a clareza como uma regra do método, ele quer mostrar que o princípio para a formulação do saber deve ser indubitável, isto é, que todo conhecimento se mostra de modo evidente e tudo o que ofusca a clareza do objeto deve ser descartado. Esta primeira regra é conhecida também como intuição.

A segunda regra do método cartesiano tem por objetivo facilitar a investigação científica. O filósofo francês propõe dividir o problema em partes menores, ou seja, elaborar uma análise. Nesta regra se evidencia a ideia da anterioridade dos elementos simples em relação aos compostos. Esta ideia já existia no pensamento filosófico; todavia, Descartes lhe confere traços matemáticos, ao explicitar que a

² O juízo para René Descartes, segundo Buzon e Kambouchner, possui o seguinte significado: “concebido como uma operação do entendimento que compõe as noções das coisas, o juízo se torna em Descartes um ato da *vontade* que toma posição sobre o que o entendimento lhe representa. Quando essa representação é clara e distinta, esse juízo é plenamente refletido, sólido e verdadeiro. Quando essa representação é apenas confusa é que o erro se produz” (BUZON; KAMBOUCHNER, 2010, p. 49)

matemática tem suas equações complexas oriundas das mais simples (SILVA, 2006). Por fim, esta regra faz com que a divisão do problema em partes menores alcance uma verdade simples, evidente, capaz de ser intuída (ZILLES, 2015).

A terceira regra do método é uma continuação da segunda. Se a segunda regra faz uma análise, isto é, divide o problema para encontrar elementos mais simples, a terceira faz a síntese, isto é, ordena as ideias dos elementos mais simples aos mais complexos. Nesta regra se revela um elemento importante para a filosofia cartesiana: a dedução.

Por fim, a quarta regra tem por objetivo não deixar que nada passe sem o crivo das demais regras. Ao fazer tal orientação, Descartes quer fazer do método algo universal e exato, que possa ser utilizado de maneira coesa e certa, não deixando que nada passe sem ser considerado. Com tal regra “obtem-se uma intuição geral e uma evidência do conjunto” (ZILLES, 2015, p. 74).

Ao realizar tal análise do método, dois apontamentos são importantes. O primeiro é que o método possui uma ideia de catarse de tudo o que é externo e que pode influenciar no pensamento do sujeito. Ao fazer isso, a verdade se torna algo existente no próprio sujeito, pois o método o leva a uma representação mental pura, isto é, a algo independente de objetos externos ao sujeito. Se as regras forem seguidas, a representação não poderá ser questionada e a certeza subjetiva será a evidência da representação. Portanto, já no método se revela a ideia de que a verdade se encontra no sujeito.

O segundo apontamento importante versa sobre a aplicabilidade do método. Com o que foi dito até o momento, percebe-se a formulação de um método que busca levar à verdade e que já dá indícios de uma verdade que existe no sujeito. Entretanto, a aplicabilidade do método não é, de todo, clara. Esta aplicabilidade se revela obscura pelo fato de Descartes não esclarecer como objetivar a primeira regra. No entanto, ele a objetiva ao elaborar uma aplicação no início das **Meditações Metafísicas** (2016), quando se refere aos saberes e às opiniões que fizera suas: “o menor motivo de dúvida que nelas encontrarei bastará para levar-me à rejeição de todas” (DESCARTES, 2016, p. 32). Portanto, a dúvida é a maneira de aplicar o método, pois ela revelará qual elemento é evidente e certo, validando a primeira e a segunda regra, e abrindo, assim, o caminho para as outras duas. Desse

modo, é de suma importância analisar a função da dúvida no pensamento cartesiano.

3. 2 A DÚVIDA CARTESIANA

Descartes inicia as **Meditações Metafísicas** (2016) dizendo da importância de se colocar tudo em dúvida, pois a necessidade de se duvidar de tudo está no objetivo de aplicar o método ao pensamento. Assim, o filósofo suspende como duvidoso tudo o que recebeu como verdadeiro, as opiniões. Ao fazer isto, Descartes mostra o objetivo final de tal posicionamento frente às opiniões e o que é duvidoso: alcançar os fundamentos da ciência. Descartes diz:

Já há algum tempo que me dei conta de que desde meus primeiros anos aceitara por verdadeiras muitas falsas opiniões, e de que aquilo que desde então fundei com base em princípios tão mal assegurados somente podia ser muito duvidoso e incerto, de maneira que era necessário dispor-me seriamente uma vez por todas as opiniões que aceitara até então em minha crença e reiniciar totalmente a partir dos fundamentos, se quisesse estabelecer algo de sólido e de estável nas ciências (DESCARTES, 2016, p. 31).

Ao dizer que duvidaria para estabelecer fundamentos para a ciência, Descartes começa a revelar as características da dúvida a ser usada. Percebe-se que o ceticismo o influencia nesse momento, pois fundamentar a ciência que surge é uma resposta tanto para o seu espírito, que recebera opiniões diversas no tempo de colégio, quanto para os que colocavam o saber científico em dúvida, como foi observado em Montaigne. Portanto, a dúvida, que é a forma de filosofar dos céticos, será a forma, isto é, o método de filosofar de Descartes.

No entanto, uma pergunta surge de acordo com a proposta cartesiana: a dúvida utilizada pelos céticos será utilizada da mesma maneira por Descartes? Com esta pergunta, a procura pelas características da dúvida é estabelecida. De início, pode-se afirmar que a dúvida não é a mesma, pois os objetivos são diferentes: os céticos querem duvidar para mostrar que todo o saber não é digno de confiança; todavia, Descartes quer duvidar para estabelecer algo de sólido para a ciência. Se os objetivos são diversos, as características também são.

Quais são as características da dúvida cartesiana? Urbano Zilles (2015) revela a primeira característica da dúvida dizendo: “A dúvida cartesiana não é um

fim, mas um meio para chegar à certeza. Por isso chama-se *dúvida metódica*” (ZILLES, 2015, p. 75, grifo do autor). Assim, já se revela a primeira distinção em relação aos céticos, pois estes viam a dúvida como fim em si mesma. Com esta afirmação de Zilles, pode-se dizer que a dúvida está a serviço de um projeto filosófico.

Com tal afirmação, a dúvida já demonstra sua segunda característica. Se ela está a serviço de um sistema filosófico, isto é, fundamentar a ciência, então ela não permanecerá sempre, ou seja, será provisória. Com estas duas características, revela-se a proposta do método de Descartes, mas ainda não se evidencia a extensão do mesmo. Sabe-se, como foi dito acima, que a proposta cartesiana é estender o método a todos os saberes. No entanto, antes de analisar a extensão da dúvida, cabe uma análise dessas duas características.

A provisoriedade e a metodicidade da dúvida vêm ao encontro do método apresentado acima, o qual se constitui de quatro regras bem claras e definidas. A proposta das duas características mostra que o método não é um fim em si mesmo e que sua aplicabilidade necessita de algo externo a ele. O que isto significa? A aplicação da primeira regra, da qual todas dependem para funcionarem adequadamente, necessita de algo extrínseco a ela. A primeira regra do método é provisória, pois sua função é preparar a investigação para as outras regras. Assim, a dúvida metódica tem as mesmas características da primeira regra.

A extensão da dúvida se revela com dois atributos: sua universalidade e sua radicalidade. Isto significa que a dúvida é, além de efetivação da primeira regra, pois não deixa nada de fora de seu crivo, a garantia de um método universal, isto é, que alcance todos os saberes. A dúvida, com estes atributos, mostra-se hiperbólica e garante a solidez do método e de sua validade de segurança, não total, pois ainda não se alcançou uma certeza que validasse o método por completo.

Em suma, a dúvida garante o alcance universal do método, isto é, que seja válido para todas as formas de saber. Além disso, mostra a aplicação da primeira regra do método, pois não permite que nada seja aceito como verdadeiro se de certo não o for. Sobre esta, Descartes (2016) diz a respeito das coisas que até então ele tinha como verdadeiras: “[...] o menor motivo de dúvida que nelas encontrarei bastará para levar-me à rejeição de todas” (DESCARTES, 2016, p. 32). Desse modo, a dúvida faz do método algo firme. E, por fim, a dúvida não é concebida como

nos céticos e nem “conduz ao ceticismo, mas ao conhecimento seguro” (ZILLES, 2015, p. 75), isto é, ela é, de fato, provisória.

Depois de apresentar as características mais elementares da dúvida, é necessário mostrar a aplicação da mesma e, conseqüentemente, do método cartesiano. Na aplicação da dúvida, revelar-se-ão duas perspectivas importantes: a dúvida como natural e como metafísica. Estas duas formas de concepção se revelam mediante o objeto da dúvida.

4 COGITO: A DESCOBERTA DA PRIMEIRA CERTEZA

Depois do estudo das características da dúvida cartesiana, passar-se-á para a análise da aplicação da dúvida no pensamento cartesiano e o surgimento da certeza que Descartes busca. O filósofo francês utiliza da dúvida em suas **Meditações Metafísicas** (2016), mostrando a efetivação da proposta já apresentada: encontrar fundamentos sólidos para a ciência.

A aplicação da dúvida, neste momento da filosofia de Descartes será, como dito acima, de maneira radical, isto é, a menor possibilidade de dúvida em algum tipo de conhecimento será o bastante para se excluir aquilo que está sendo considerado (DESCARTES, 2016). A partir disso, Descartes inicia a primeira meditação, analisando o que pode ser colocado em dúvida.

4.1 A DÚVIDA NATURAL

Com o critério da dúvida, Descartes busca analisar os princípios de todo conhecimento obtido por ele até o momento. O princípio mais iminente são os sentidos. Como Descartes tinha estudado em um colégio no qual o método de ensino era o aristotélico, os conhecimentos que ele tinha eram oriundos dos sentidos, ou ao menos, passavam pelos sentidos. Com isso, ele diz que “é prudente nunca se fiar inteiramente naqueles que uma vez nos enganaram” (DESCARTES, 2016, p. 32). O motivo de tal fala é que o objetivo de Descartes negar um conhecimento que passe por vias duvidosas.

Assim, Descartes mostra que o conhecimento vindo dos sentidos é duvidoso e, dessa forma, seria mais prudente não utilizá-lo. No entanto, há objeção ao

filósofo. Não se poderia duvidar de algumas coisas dos sentidos, como o fato de ele estar escrevendo seu texto e a roupa que ele está vestindo. Além disso, seria impossível negar que seu corpo e suas mãos lhe pertencem. Em suma, parece que algumas coisas que vêm dos sentidos não podem ser negadas.

O filósofo francês objeta comparando-se aos loucos. Os loucos pensam serem reis, mas são pessoas paupérrimas, pois seus cérebros estão perturbados e não sabem distinguir a realidade do que eles falam. Quando Descartes faz esta comparação, ele introduz o argumento do sonho. O que garante que uma pessoa está acordada? Ela pode estar dormindo e representando a realidade em seus sonhos. Diz ele, “todavia, tenho aqui que considerar que sou humano e, portanto, costumo dormir e representar-me em meus sonhos as mesmas coisas (ou por vezes coisas menos verossímeis) que esses loucos ao acordarem” (DESCARTES, 2016, p.33).

O filósofo acrescenta que já foi enganado várias vezes com ilusões em sonhos pensando ser a realidade. Dizendo sobre a realidade, afirma: “o que ocorre no sono não parece tão claro nem tão distinto do que tudo isso” (DESCARTES, 2016, p.33). Depois, Descartes mostra que os elementos dos sonhos são oriundos da realidade, isto é, passam pelos sentidos, mostrando que são elementos compostos, pois sua formação seria através de ajuntamento de partes. Ao admitir isso, observa que as ciências como a física, a astronomia, a medicina e outras são compostas, pois dependem das coisas compostas para suas análises. Entretanto, ele aponta para a aritmética e a geometria, que tratam de elementos simples “sem se preocuparem muito se estão na natureza ou não” e isso as faria “algo de certo e indubitável” (DESCARTES, 2016, p.35).

Neste primeiro momento, o trabalho de Descartes é derrubar o fundamento sensível do conhecimento. Percebe-se que o argumento da incapacidade de distinguir sono de vigília faz com que se coloque em dúvida tudo que vem dos sentidos, isto é, suas representações. “Talvez, no entanto, os elementos últimos do sensível não possam da mesma forma ser colocados em dúvida. Tais elementos são o tempo, o espaço, o número, a relação e outros do mesmo gênero” (SILVA, 2006, p. 36). O motivo de tal dificuldade para se duvidar é o fato desses elementos não serem

objetos da sensação e percepção, e podem ser considerados à parte, o que precisamente a matemática faz quando trata tais elementos separados das coisas sensíveis. Ora, a dúvida natural significa a existência de *razões naturais de duvidar* e ela encontra aqui o seu limite (SILVA, 2006, p. 36, grifo do autor).

Dessa forma, o que foi apresentado evidencia o limite da dúvida natural e mostra a incapacidade do entendimento duvidar das representações matemáticas, pois estas não se fundamentam na dimensão sensível, mas na intelectual (SILVA, 2006). Com este limite, Descartes passará a dúvida para outro nível: o metafísico. O motivo é que a matemática precisa passar pelo crivo da dúvida e que ela, a matemática, contém elementos fundamentais para o conhecimento sensível (SILVA, 2006).

4. 2 A DÚVIDA METAFÍSICA

Terminada a análise do alcance da dúvida natural, Descartes diz algo importante:

Com efeito, esteja eu desperto ou adormecido, a soma do dois ao três formará sempre o número cinco e o quadrado jamais terá mais de quatro lados; e não parece possível que verdades tão aparentes possam ser objetos de surpresa de qualquer falsidade ou incerteza (DESCARTES, 2016, p. 35).

Esta afirmação cartesiana faz com que, aparentemente, o problema da certeza do conhecimento esteja resolvido. No entanto, Descartes usa da dúvida metafísica para que o alcance da mesma seja completo e abranja coisas, em princípio, claras e distintas. Portanto, ele terá que encontrar um argumento que mostre a capacidade de se duvidar da matemática.

O filósofo procede mostrando que tinha, até o momento, certa opinião de que ele fora criado por um Deus. Este Deus seria considerado onipotente. Ao estabelecer isso, Descartes se pergunta se esse Deus o não poderia enganar, já que o havia criado, não tendo feito nada daquilo que era considerado existente e, mesmo assim, ele, o sujeito Descartes, tinha sensações daquelas coisas como se elas existissem. Em suma, o filósofo se pergunta se esse Deus o pode enganar.

Descartes diz que muitas pessoas se enganam em coisas que têm máxima certeza, confundindo seus pensamentos, e afirma que “pode acontecer de ele [Deus]

ter querido que eu me engane sempre que realizo a adição do dois ao três, ou que conto os lados de um quadrado, ou que emito juízo sobre algo ainda mais fácil do que isso” (DESCARTES, 2016, p.35-36). No entanto, ele diz que sua opinião era de que Deus é bom e não faria isso com ele.

Porém, se Deus é bom e não quer que ninguém se engane, não poderia enganar ninguém, pois estaria indo contra sua vontade boa. E como Deus, sendo bom, permitiria que ele se enganasse? A partir disso, Descartes não propõe a existência de um Deus sumamente bom, mas de um gênio maligno capaz de enganá-lo e conduzi-lo a juízos falsos. Assim, tudo está em dúvida, não há nada de certo, pois este gênio pode levá-lo a qualquer ilusão.

Descartes, ao fazer este trabalho com a dúvida metafísica, conduz o pensamento a nenhuma certeza, no entanto, de modo artificial. A dúvida metafísica é artificial, pois ele supõe uma razão para duvidar, pois, como foi dito acima, ele não tinha razões naturais para duvidar da matemática, pois ela é a parte mais alta da razão e seus princípios e essências são totalmente racionais (SILVA, 2006).

Silva (2006) pergunta se este argumento é legítimo. Ele responde, mostrando que Descartes usa das mesmas hipóteses que um astrônomo quando pressupõe existência de linhas imaginárias para mostrar o movimento dos astros, e da mesma maneira que um geômetra estende as linhas de uma figura para melhor analisá-la. Assim, a dúvida metafísica faz com que o problema do conhecimento se estenda e alcance uma visão total dos elementos. Além disso, a ficção está de acordo com método cartesiano, pois “ela é instrumental e participa do caráter metódico de uma dúvida que é *provisória*” (SILVA, p. 37, grifo do autor). Por fim, Silva (2006) afirma que, com a extensão da dúvida, o problema fica posto completamente, o que faz da solução algo completo. Com tais problemas apresentados, Descartes se encontra num emaranhado de dúvidas.

4. 3 COGITO, ERGO SUM

Descartes termina a primeira meditação com dúvidas muito profundas. O início da segunda meditação resgata esta profundidade em que ele se encontra e evidencia sua dificuldade em encontrar uma maneira para solucionar tais dúvidas. No entanto, o filósofo francês tem firme seu propósito e continuará de onde terminou

e, ainda, pela mesma via, ou seja, duvidando de tudo o que for possível até encontrar algo certo.

Ao evidenciar que seu objetivo é encontrar uma certeza, Descartes se distancia do pensamento cético, em especial de Montaigne. O pensamento deste “visa apenas ao abalo das certezas, sem a projeção de uma ciência que resista ao ataque cético” (SILVA, 2006, p. 47). A dúvida cética é “aquela que se põe como atitude permanente. Mas, para Descartes, tal permanência só poderia ser fruto de uma paralisação da própria dúvida, ou do processo de interrogação” (SILVA, 2006, p. 47).

O que Silva afirma fica claro quando Descartes avança com a dúvida e chega ao seu ponto de certeza. Depois de manifestar que prosseguirá com a atitude de duvidar, Descartes revisita tudo aquilo que foi duvidado e chega a uma conclusão: que ele pensa. No entanto, faz-se necessário observar no próprio caminho feito por Descartes que: a dúvida cartesiana desvela uma certeza, pois a paralisação na dúvida, como foi dito acima, é uma paralisação do próprio ato de duvidar, ou seja, quando não se duvida mais, permanece-se na dúvida; mas, ao continuar duvidando, consegue-se sair da mesma. Descartes faz o seguinte caminho:

Mas como é que sei eu se não há qualquer outra coisa distinta daquelas que acabo de considerar incertas, qualquer coisa distinta com respeito à qual não se possa ter a menor dúvida? Não há algum Deus, ou alguma outra potência que introduz esses pensamentos em meu espírito? Não há necessidade disso, pois talvez eu esteja capacitado a produzi-los por mim mesmo. Portanto, não sou eu, ao menos, algo? Mas já neguei que possuísse algum sentido ou algum corpo. Hesito, contudo, pois o que se conclui disso? Sou eu de tal modo dependente do corpo e dos sentidos que não posso ser sem eles? Mas eu me persuadi de que não havia absolutamente nada no mundo, de que não havia nenhum céu, nenhuma terra, nenhum espírito nem nenhum corpo; não me persuadi, portanto, inclusive de que eu não era? Decerto que não. Não há dúvida de que eu era, isto se me persuadi ou tão só se pensei algo. Mas há um enganador muito poderoso e muito astucioso que desconheço e que emprega toda sua engenhosidade para enganar-me sempre. Não há dúvida, portanto, de que eu sou, se ele me engana; e que ele me engane tanto quanto quiser: nunca poderá fazer com que eu não seja nada enquanto eu pensar ser algo. Resulta que, após ter pensado bem sobre isso e ter examinado cuidadosamente todas as coisas, é necessário, enfim, concluir e sustentar, invariavelmente, que essa proposição, nomeadamente: **eu sou, eu existo**, é necessariamente verdadeira sempre que a pronuncio, ou que a concebo em meu espírito (DESCARTES, 2016, p. 40-41).

O caminho feito por Descartes o leva a concluir que ele existe, ao menos enquanto pensamento. No entanto, ele precisa saber o que ele é para saber, por

consequente, o que garante sua existência. Ao analisar aquilo que é corpóreo, o filósofo vai descartando tudo o que está atrelado a isso, pois seu corpo foi negado já na primeira meditação. Portanto, sentir, alimentar-se e se mover não podem ser atributos que garantam o seu ser, pois estes dependem do corpo.

Assim, ele analisa a alma e procura o que é atributo da mesma. O atributo que é peculiar da alma é o pensar. No entanto, ele não o pode descartar como os outros. Desse modo, a garantia da existência é o pensamento. Enquanto ele pensar, existirá. Dessa forma, a única maneira de não ser é não pensar. Portanto, ele descobre o que é: uma coisa que pensa, *res cogitans*. Uma coisa que pensa, afirma Descartes, “é uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que também imagina, e que sente” (DESCARTES, 2016, p. 45-46).

Depois desta investigação, cabem algumas observações. A primeira é que o *cogito*, isto é, o pensamento não é um produto do raciocínio, mas intuição (SCRIBANO, 2009). Mondin (1986) explica precisamente o motivo desta afirmação:

se o *cogito* fosse conclusão de uma demonstração – de um entimema –, seria necessário subentender um premissa universal (p. ex., todo aquele que conhece, existe), e então não se poderia mais considerar o *cogito* como a primeira verdade metafísica (MONDIN, 1986, p. 69, grifos do autor).

A segunda observação é que o *cogito* só garante a existência do pensamento, e não da realidade distinta do mesmo. Dessa forma, o pensamento é considerado substância, pois existe independentemente de outras coisas (MONDIN, 1986). Assim sendo, a descoberta feita por Descartes apresenta um limite: não fundamenta nada fora de si mesma. Isso se apresenta como um problema, pois o objetivo não é simplesmente encontrar uma certeza evidente, mas fundamentar a ciência mediante certezas sólidas e indubitáveis. Assim, cabe a Descartes analisar o pensamento nele mesmo.

5 DEUS: O FUNDAMENTO DA VERDADE

Após analisar a primeira descoberta cartesiana, fica clara sua insuficiência em fundamentar a ciência. O motivo para tal problema está no fato do pensamento garantir somente como evidência a sua existência e não assegurar nada mais além

dele, pois a existência do mesmo é no presente, o que faz com que todas as outras coisas não se sustentem no tempo.

Descartes se encontra, assim, em um solipsismo. Está fechado em si mesmo e não consegue dar um passo além da realidade do pensamento, pois, como foi dito acima, ele só garante a si e nada externo a si. Dessa forma, o filósofo começará a analisar o que há no pensamento: as ideias. Ao fazer isso, ele evidencia um elemento importante de seu método apresentado anteriormente: a dedução. A partir da intuição do *cogito*, ele deduzirá outras coisas.

Uma pergunta surgiria ao querer analisar as ideias: por que partir das ideias, se elas são apenas representações mentais? Entretanto, Descartes estabelece as ideias como coisas reais, isto é, não são apenas representações mentais, mas têm valor de ser, isto é, ontológico. Por que as ideias não são somente representações mentais, mas possuem caráter ontológico? Se a existência do pensamento é a única certeza a que o filósofo chegou e nada fora do mesmo é existente, o que existe naquele é o que é, ou seja, é o que tem ser. Assim, as ideias são coisas que são, pois existem, com certeza, no pensamento. Além do mais, não se tem a certeza da correspondência como garantia da veracidade, pois o que é externo ao *cogito* não foi evidenciado.

Além do que foi apresentado acima, Descartes diz que as ideias analisadas, em si mesmas, não são falsas. O que faz uma ideia falsa é sua associação com uma coisa fora dela. Assim, o filósofo diz que só precisará tomar cuidado com os juízos, pois são estes que produzem o erro, pois fazem a associação da ideia com a coisa representada.

Descartes, na terceira meditação, apresenta os três tipos de ideias: “entre essas ideias algumas a mim parecem ter nascido comigo, outras me são estranhas e de origem externa, enquanto outras são produzidas e inventadas por mim mesmo” (DESCARTES, 2016, p. 57). Esses três tipos correspondem, respectivamente, a ideias inatas, adventícias e fictícias.

As ideias adventícias são as ideias que dependem dos sentidos. As imagens produzidas por elas são oriundas das apreensões sensíveis e não dependem do querer do sujeito. Descartes exemplifica com a ideia de calor. Esta não depende do querer do sujeito para que se produza em seu pensamento. Estas ideias não podem ser objeto de investigação no momento, pois a realidade externa ao *cogito* não é

certa e, assim, a correspondência da ideia com a coisa não é garantida. As ideias fictícias são as que dependem da fantasia. São criações do espírito do sujeito. Estes dois tipos de ideias possuem, até o momento, sua origem desconhecida, pois ambas têm relação com a realidade externa, isto é, suas imagens têm origem nos sentidos.

No caminho investigativo, o filósofo percebe que algumas ideias têm mais realidade objetiva do que outras, isto é, possuem mais grau de ser do que as ideias que se apresentam como acidentais. Dentre essas ideias se apresenta a ideia de

um Deus soberano, eterno, infinito, imutável, onisciente, onipotente e Criador universal de todas as coisas que lhe são externas, essa ideia, digo, possui certamente em si mais realidade objetiva do que aquelas mediante as quais me são representadas as substâncias finitas (DESCARTES, 2016, p. 61).

Com tal afirmação, Descartes introduz duas noções clássicas da filosofia: o efeito retira sua realidade da causa e aquele não pode possuir realidade superior à da causa. Descartes explicita isso da seguinte forma: “[...] aquilo que é mais perfeito, isto é, que encerra em si mais realidade, não pode ser uma decorrência e uma dependência do menos perfeito” (DESCARTES, 2016, p. 61.).

Após apresentar tal elemento importante, o filósofo francês se pergunta, se não seria possível provar a existência de uma ideia através de outra ideia superior a ela. Descartes adverte que isso levaria *ad infinitum*, isto é, as origens das ideias não teriam fim, pois sempre se encontraria uma ideia anterior a outra. Assim, ele argumenta ser necessário encontrar uma ideia primeira, na qual toda a realidade esteja encerrada, ao menos formalmente.

Com isso, Descartes analisa as ideias em seu pensamento e busca a origem das mesmas. Percebe que as ideias de animais, seres humanos, isto é, ideias de coisas corpóreas possuem origem em coisas que ele mesmo pode produzir. O que isso significa? Significa que o pensamento possui a capacidade de fazer representações dessas ideias externas. No entanto, há uma ideia que não lhe é possível representar por si mesmo. Se todas as coisas externas não existirem, mesmo assim uma ideia ainda se lhe apresenta: a ideia de Deus (DESCARTES, 2016).

As ideias que possuem suas origens em coisas externas não se lhe apresentam com clareza e distinção. O filósofo diz que a ideia de frio para ele é

obscura, pois não consegue saber se o frio é ausência de calor, ou o calor uma privação do frio. No que se refere a qualidades como extensão, figura, situação e deslocamento, Descartes mostra que são qualidades primárias que as substâncias se lhe mostram, mas objeta dizendo que ele é uma substância e essas substâncias podem estar contidas nele (DESCARTES, 2016). Depois disso, afirma:

Portanto, tudo o que resta é a ideia de Deus, na qual se impõe considerar se há alguma coisa que não tenha podido originar-se de mim mesmo. Pelo nome Deus entendo uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente e pela qual eu mesmo, e todas as outras coisas que são (se é verdade que há coisas que existem) foram criadas e produzidas. Ora, essas superioridades são tão importantes e tão eminentes que, quando mais atentamente as considero, menos me persuado de que a ideia que dele tenho possa extrair sua origem tão só de mim. E, conseqüentemente, é preciso concluir necessariamente de tudo que eu disse antes que Deus existe. Com efeito, ainda que a ideia da substância esteja em mim, a partir do fato mesmo de ser eu uma substância, não teria, entretanto, a ideia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido colocada em mim por alguma substância que fosse verdadeiramente infinita (DESCARTES, 2016, p. 67).

Em tal passagem, o filósofo faz uso do critério de causa e efeito acima apresentado. Ao usar tal critério na ideia de Deus, Descartes percebe, segundo Tomatis (2003), que esta “contém realidade tão objetiva que não pode ser causada nem pela nossa interioridade, nem por uma exterioridade diferente de nós, que se pode encontrar no mundo das coisas infinitas: não pode ser nem elaborada, nem adquirida” (TOMATIS, 2003, p. 45).

Uma objeção à ideia de infinito é que esta seria a negação da ideia de finito. Silva (2006) mostra que não se pode conceber isso em Descartes:

Para Descartes, é manifesto que isso não poderia ocorrer, na exata medida em que o *menos* não pode produzir o *mais*. Antes, o que ocorre é o contrário: a ideia de finito é que procede, por negação e diminuição, da ideia de infinito. É a finitude que é negativa, não a infinitude (p. 59, grifos do autor).

Depois de provada a clareza e a distinção da ideia de Deus, Descartes faz o caminho de volta. Deus é perfeito e a ideia de perfeição traz em si a bondade e a incapacidade de enganar. Assim, o gênio maligno proposto pelo filósofo não se sustenta. Com tal eliminação, a matemática volta a ser o lugar da evidência, como dito acima. Assim, os raciocínios matemáticos são válidos e a dúvida metafísica é superada.

Ademais, a existência de Deus fundamenta o próprio método. O objetivo do método é o alcance da verdade e sua aplicabilidade universal. Com o alcance da verdade de Deus, o método atinge seu objetivo, pois “Deus é o fundamento da verdade, ou seja, todas as representações que se me apresentarem metodicamente como claras e distintas estão garantidas por Deus, verdade suprema e razão de ser de todas as demais” (SILVA, 2006, p. 60).

Além disso, a existência de Deus fundamenta o próprio *cogito*, pois, como o próprio Descartes (2016) disse, “de algum modo tenho primeiramente em mim a noção de infinito, para depois ter a de finito, isto é, primeiramente a noção de Deus e depois a de mim mesmo”. No entanto, vale ressaltar que a noção de Deus se lhe apresenta primeiro na ordem ontológica e não lógica. Dessa forma, o ser pensante recebe seu fundamento ontológico de Deus, pois este o precede.

E, por fim, Deus se constitui fundamento da ciência, pois a prova da existência de Deus tem “como resultado tornar possível a hipótese de um Deus que me teria dado uma natureza disposta irresistivelmente ao erro. Deus existe e ele é veraz. A ciência humana não está mais ameaçada de falsidade” (SCRIBANO, 2011, p. 207).

O *cogito* se mostra como garantia da realidade subjetiva, através da lógica. Contudo, as realidades objetivas são fundamentadas por Deus, que estabelece os critérios ontológicos da mesma realidade. Assim, o estabelecimento de Deus como realidade fundamental se dá pelo fato da realidade objetiva ter seu fundamento no ser, e Deus é o fundamento do ser das coisas e, conseqüentemente, do conhecimento das mesmas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho feito por Descartes atinge o objetivo que fora enunciado no início de sua empreitada filosófica. Encontrar o fundamento da ciência era esse objetivo. Mas antes de alcançá-lo, Descartes analisou o pensamento vigente e apontou seus erros. A partir disso, formulou um método que pudesse levá-lo à verdade. Para a efetivação do mesmo, usa da dúvida.

Descartes faz da dúvida uma maneira de alcançar uma verdade segura, irrefutável. Ele duvida dos sentidos, evidenciando a dúvida natural, e duvida da

matemática, alcançando uma dúvida metafísica. A dúvida garante a primeira certeza: a de que não se pode duvidar que duvida. A existência do *cogito* faz com que o filósofo caminhe sobre algo de certo e o caminho metodológico passe a ser dedutivo, pois o primeiro objetivo foi alcançado: a intuição de uma verdade.

O alcance do *cogito* se revela limitado pelas ideias. Estas se lhe apresentam em três formas: inatas, adventícias e fictícias. Estas duas últimas são descartadas como garantidoras de uma verdade segura, pois necessitam do auxílio dos sentidos para que sua correspondência seja válida. As ideias inatas não possuem correspondência com nenhum atributo do pensamento e com nada do âmbito sensível. Assim sendo, a ideia de Deus, como ideia inata, é analisada. Esta apresenta atributos como: perfeição e infinitude. Estes dois atributos não podem ter origem no ser imperfeito e finito, pois o efeito não é superior à causa.

Com isso, a existência de Deus é provada. A partir dela, todo o resto se fundamenta. O *cogito* é fundamentado ontologicamente. O método possui garantia de alcance, pois atingiu a verdade. A ciência é fundamentada, pois o sujeito pensante tem a garantia de que suas representações mentais claras e distintas são verdadeiras, posto que Deus é bom e não o engana.

Nesta pesquisa, buscou-se deixar claro que a ideia de Deus constitui algo de fundamental no pensamento cartesiano. Ontologicamente, todo o pensamento de Descartes fundamenta-se em Deus e este garante com que todo o pensamento seja fundamentado na verdade e possa obter juízos válidos e corretos. E como o objetivo era fundamentar a nova ciência, Descartes a fundamenta em Deus.

THE EXISTENCE OF GOD AS A GUARANTEE OF SCIENTIFIC VERACITY IN METAPHYSICAL MEDITATIONS OF RENÉ DESCARTES

ABSTRACT

This article addresses the problem of the foundation of science in René Descartes. The question to be answered is: to what extent is God the foundation of science in René Descartes? The development of Cartesian thought is a response to skepticism, which cast doubt on all forms of knowledge. Thus, the French philosopher makes his philosophy the search for solid foundations that guarantee the veracity of knowledge, especially the scientific one. With this, the philosopher establishes a simple and valid

method, to lead him to the truth. After that, he makes use of doubt in the development of philosophy as effectuation of the method, suspending the judgment of everything: the senses and even mathematics, through the argument of the evil genius. However, doubt leads to a certainty: the *cogito*. By intuiting it, the philosopher enters into a solipsism, which makes him analyze the ideas present in the thought, especially the innate ones. Analyzing the innate idea of God, he realizes that God is perfect, and this idea could not be the creation of the *cogito*, because the effect is inferior to the cause. So, he concludes that God exists and, being perfect, is good. Being God good, He cannot deceive him. Thus, mathematics has the place of evidence, and, with the existence of God, Descartes guarantees its validity. Furthermore, God constitutes the ontological foundation of the *cogito*, since He precedes it as the cause and guarantees the certainty of the method, for it is able to reach the truth. Therefore, the new science has a firm foundation.

Keywords: God. Cogito. Doubt. Method. Science.

REFERÊNCIAS

BUZON, Frédéric; KAMBOUCHNER, Denis. **Vocabulário de Descartes**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CETICISMO. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2016.

_____. **Discurso de Método**. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **Regras para a Direcção do Espírito**. Tradução João Gama. Lisboa: Edições 70, 1985.

MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia: Os filósofos do Ocidente.** Tradução Benôni Lemos. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1986. v. 2.

_____. **Curso de Filosofia: Os filósofos do Ocidente.** Tradução Benôni Lemos. 19. ed. São Paulo: Pulus, 2014. v. 1.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio.** Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Humanismo a Kant.** 8. ed. São Paulo: Paulus, 2007. v. 2.

SCRIBANO, Emanuela. René Descartes. In: PRADEAU, Jean-François (org). **História da Filosofia.** Tradução James Bastos Arêas e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 2011.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Descartes: a metafísica da modernidade.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

TOMATIS, Francesco. **O Argumento Ontológico: A existência de Deus de Anselmo a Schelling.** Tradução Sérgio José Schirato. São Paulo: Paulus, 2003.

ZILLES, Urbano. **Teoria do Conhecimento e Teoria da Ciência.** São Paulo: Paulus, 2015.